

2018/04/23

## A intervenção militar na Síria. Para que serviu?

Alexandre Reis Rodrigues

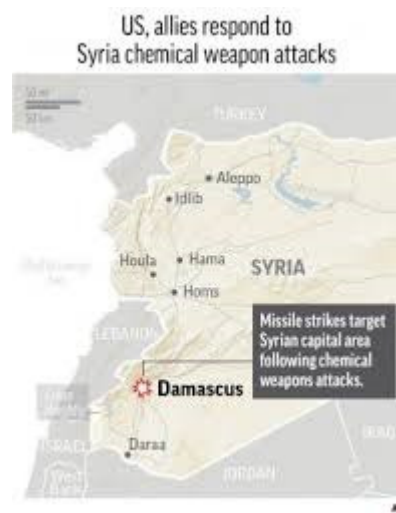
Não vale a pena tentar encontrar sentido estratégico na postura dos EUA em relação à Síria. É uma postura confusa em que não se descortina uma linha coerente. Aliás, vista à distância, à luz do que veio a acontecer, apresenta-se com um aspeto trágico. Mostra que levou a um prolongamento do conflito sem consistente esforço de o resolver.

Ivo Daalder<sup>1</sup> não está de acordo com esta opinião. Diz que existe uma estratégia e bem clara, mas reconhece, paralelamente, que se relaciona apenas com o ISIS (para pôr um ponto final à ambição do califado e disponibilidade de um santuário) e não com o desfecho da guerra civil em que o país vive há sete anos.<sup>2</sup> Daalder, com esta interpretação, acaba por confirmar o que a maioria dos observadores concluiu e se resumiu acima.

Em que campo se insere, então, a decisão de intervenção militar<sup>3</sup> no passado dia 14 de abril? Não tendo nada a ver, como veremos, com o desfecho do conflito, a verdade é que também não se relacionou com a erradicação do ISIS. Apenas teve o propósito de tentar dar credibilidade à postura dos EUA contra o uso de armas químicas, mas mesmo assim fica sem resposta a questão de saber porque não aconteceu sempre que o Governo sírio violou o tratado de proibição de uso de armas químicas.

Ocorreram por várias vezes durante a presidência de Obama, que classificou as violações como uma "linha encarnada" que os EUA não deixariam pisar, exigência que, no entanto, a administração deixou desrespeitar, sem quaisquer consequências diretas para os prevaricadores. Já durante a administração Trump, apesar de várias violações (cerca de uma dúzia no primeiro trimestre deste ano), só duas é que levaram a uma retaliação. Esta última e uma anterior em 2017 em que os EUA intervieram sozinhos numa ação mais "modesta" (59 mísseis de cruzeiro).

Fica a ideia de que as decisões de intervenção têm estado dependentes da magnitude do uso de agentes químicos e da cobertura que lhes é dada pelos órgãos de comunicação social, principalmente, se incluem ou não fotografias. Greg Jaffe<sup>4</sup>



<sup>1</sup> Presidente do *Chicago Council on Global Affairs* desde 2013 e ex-embaixador dos EUA na NATO.

<sup>2</sup> "What did the Syria Strike accomplish?" (2018, April, 19), *Chicago Council on Global Affairs*.

<sup>3</sup> O ataque inclui três alvos: um centro de investigação e desenvolvimento supostamente relacionado com o uso de armas químicas (próximo de Damasco); um depósito de armas químicas e um bunker relacionado com o uso desses sistemas de armas. O 1º alvo esteve a cargo dos EUA que usaram 57 mísseis de cruzeiro "Tomahawk" e 19 "Joint Air to Surface Standoff Missiles" (lançados por três navios de guerra e bombardeiros B1). O 2º (perto de Homs) e terceiro alvos, para além da participação americana com 19 "Tomahawk" (apenas no segundo), incluíram o uso dos mísseis "Storm Shadow" a partir de aviões "Tornado" do Reino Unido e outros aéreos franceses (neste caso, os mísseis têm a designação "Scalp" – système de croisière autonome à long portée).

<sup>4</sup> *National Security Reporter, The Washington Post*.

considera que, afinal, a exigência de observação do tratado não estará a ser tão absoluta e firme como se procura fazer crer. Quando o uso de agentes químicos é feito em reduzida escala e não dá origem a alertas da comunidade internacional deixa-se o assunto passar despercebido. Esta inconsistência, no entanto, não impediu a formação de uma coligação com o Reino Unido e França e a obtenção de geral consenso político sobre a ação militar entre os 29 membros da Aliança.

Não está, porém, garantido o mesmo consenso sobre o que fazer a seguir. Aparentemente, nem sequer esse assunto foi abordado. Sabe-se apenas – porque Trump já anunciou pelo “*Tweeter*” – que os EUA querem retirar rapidamente as forças que têm no terreno, decisão com que a França, pelo menos, não concorda. O passo é, de facto, controverso e preocupa muitos observadores.

Vão retirar unilateralmente sem condições ou vão negociar a saída? De que forma? Garantindo que os curdos conservarão o seu enclave a norte, como reconhecimento do papel essencial que tiveram na erradicação do ISIS? Garantindo que as milícias estrangeiras (em particular, as iranianas) retiram do país? A falada substituição da presença militar americana pela presença de países do Golfo e Egito será uma boa solução para evitar um vazio que forças radicais não deixariam de tentar preencher ou levará diretamente a um maior apoio dessas forças com a subsequente deterioração da situação? Como se entenderão os EUA com a Turquia que, muito provavelmente, verá no fim da presença militar americana o momento ideal para acabar com as aspirações curdas em terem a sua região autónoma? Como se evitará que a Síria e Irão se limitem a tirar partido do esforço militar dos EUA na erradicação do ISIS e, daqui para a frente, se sintam com mãos livres para prosseguir como entenderem?

O único aspeto que é claro, de momento, é a vontade de Trump de se afastar dos problemas do Médio Oriente, um espaço para o qual os EUA não têm qualquer solução, nem política, nem militar. Na verdade, nunca conseguiram sequer evitar sucessivas agudizações da situação, e acabaram por se tornarem diretamente responsáveis pela que resultou da decisão de invasão do Iraque em 2003, país que continua sem conseguir encontrar um mínimo de estabilidade e o fim dos problemas que impedem o normal funcionamento das suas instituições. Assad, na Síria, chegou a estar sob a mesma mira, durante a administração Obama, quando este considerou que o seu tempo tinha chegado ao fim, mas o receio de um “novo Iraque” fez parar o processo.

Trump não levanta esta questão. Aliás, parece ter aceite (ou estar conformado) que Assad, com a ajuda do Irão e da Rússia, fique com mão livre para pôr fim à guerra civil, usando a recuperada superioridade militar contra as forças da oposição e – espera-se – não permitindo que a al Qaeda e o ISIS voltem a ter os seus santuários em território sírio. Só lhe fica vedado o uso de armas químicas, o que, se não for observado, dará origem a nova intervenção dos EUA.

A administração americana terá concluído que a continuação do envolvimento militar americano, em apoio às forças da oposição e especialmente os curdos, não levará a qualquer saída útil, sem um esforço, em paralelo, no campo político-diplomático. Não tendo qualquer espaço para este último, nomeadamente para tentar alterar as condições políticas que levaram à guerra civil, compreende-se a decisão de afastamento, mas, nem por isso, o passo deixa de ser controverso. Mais uma vez, os EUA abandonam as forças que apoiaram, armaram e encorajaram, durante anos, a lutar contra o regime.

Pergunta-se para que serviu, então, a intervenção militar do passado dia 14 e que sentido faz no contexto atrás referido.

Não serviu para muito, na minha avaliação. Certamente, ajudou a deixar expresso que, apesar do discurso “*America First*”, os EUA procuram manter-se fiéis a, pelo menos, algumas normas internacionais – neste caso, a proibição do uso de armas químicas – sobre as quais se foi construindo a atual ordem internacional.

Em segundo lugar, auxiliou a passar a mensagem de que malgrado a decisão de retirarem da Síria, os EUA não vão abandonar sem mais as forças de oposição a Assad, que apoiaram desde o início do conflito. Estão a dizer-lhes que poderão contar com os EUA para, pelo menos, proteger as populações das suas áreas do uso de armas químicas pelo regime sírio. É quase nada, mas nem isso está garantido. A convicção geral é que Assad não as usará proximamente, mas voltará a recorrer a elas se considerar útil para acabar com as bolsas de oposição, como têm feito desde que tem mão livre para atuar desse modo dos seus dois aliados (Rússia e Irão).

Em terceiro lugar, contribuiu para confirmar, de forma inequívoca, que os EUA abdicaram de tentar fazer evoluir a situação interna no sentido de pôr fim à ditadura de uma minoria que tem governado o país e não faz qualquer esforço para acomodar a oposição num regime democrático. A intervenção foi desenhada em exclusivo para destruir, ou comprometer na maior extensão possível, a capacidade síria de utilizar armas químicas. Não procurou atingir qualquer outro segmento das suas forças armadas. Muito menos, atacar as forças iranianas ou russas que estão no terreno a apoiar Assad. Seria muito improvável que pudesse ser de outra forma. Os efetivos militares que os EUA têm no terreno ficariam muito expostos a retaliações, em condições muito adversas.

Por último, serviu para deixar firme a ideia de que os EUA não querem que o conflito sírio se transforme num conflito bilateral entre os EUA e a Rússia.<sup>5</sup> Obviamente, não é este propósito que justifica a intervenção, mas a forma como esta foi planeada e conduzida é um elemento muito importante para mostrar, sem margens para dúvida, que Washington é sério nessa intenção.

Em resumo, como se disse atrás, a intervenção não serviu para muito. Quase para nada como tentativa de orientar o equilíbrio regional no sentido de uma maior estabilidade. Mas, ao tentar impor uma norma internacional a que a comunidade internacional aderiu, acabou por ser uma decisão correta. Pena é que não tenha sido consistente em todos os casos de violação do tratado de proibição do uso de armas químicas.

---

<sup>5</sup> A linha de comunicações para desconflitar situações de onde pudessem surgir interferências mútuas entre forças russas e forças da coligação foi extensivamente usada para não colocar as forças russas sob risco. Moscovo terá contribuído com a desativação das defesas antiaéreas, mas talvez a coligação, com o uso que fez de “*standoff weapons*” não precisasse desse apoio. O convite a Putin para uma deslocação a Washington vem na mesma linha.